



Colocar vidas em risco não é acidente. É crime!

A frase acima ilustra a campanha de prevenção de acidentes no trânsito, desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, em dezembro de 2015. O slogan que sensibilizou grande parte da população também se encaixa perfeitamente na gestão irresponsável de SMS do Sistema Petrobrás.

Entenda por quê...

"De um modo geral o sistema de segurança da BW é adequado. O navio teve um Safety Case (não é um requisito no Brasil) suportado por uma análise de riscos detalhada conforme as melhores práticas na indústria de Óleo e Gás. O treinamento estava completo, manutenção em dia e todos os certificados atualizados."

Quem lê o trecho citado acima não imagina que ele faz parte do relatório final da Petrobrás sobre uma explosão que matou nove trabalhadores, feriu 26 e deixou outros 39 traumatizados no FPSO Cidade São Mateus, em 11 de fevereiro de 2015. Além disso, quem se aprofunda na conclusão da investigação que a empresa fez do acidente ocorrido no navio plataforma, que está prestes a completar um ano, também não consegue acreditar que seja referente a mesma explosão que de fato teve verdadeiros culpados.

Isso porque a Petrobrás, em seu relatório, resolveu elogiar a política de segurança da BW Offshore, empresa que teve um de seus gerentes indiciados pela Polícia Federal por homicídio doloso e lesão corporal grave, justamente por ter sabido da possibilidade de explosão no navio plataforma e, mesmo assim, ter permitido a continuidade da operação, sem que nada fosse feito para garantir a segurança dos trabalhadores presentes na unidade.

O relatório da Petrobrás, além de pífio, apresenta conclusões completamente distintas ao da



ANP, divulgado em 17/12/2015, data que a agência responsabilizou a BW e a própria Petrobrás pelas mortes no Cidade São Mateus. A estatal, apesar de ser a contratante da BW e operadora do campo onde a empresa prestava serviços, descumpriu 28 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional. O relatório da ANP revelou que "decisões gerenciais tomadas pela Petrobrás e BW Offshore, ao longo do ciclo de vida do FPSO Cidade de São Mateus, introduziram riscos (...) que criaram as condições necessárias para a ocorrência deste acidente maior", como destaca o documento.

"A ocorrência de grandes acidentes demonstra que, quando em sincronia, as falhas gerenciais resultantes de um sistema de gerenciamento de riscos mal implementado ou inexistente resultam em grandes perdas.

O acidente ocorrido a bordo do FPSO CDSM demonstrou que os cenários identificados nos estudos de risco eram efetivamente reais e que a imple-

mentação de salvaguardas e recomendações de análises de risco teriam sido úteis para atingir o objetivo de controlar os riscos operacionais. Também ficou demonstrado que a postura burocrática de identificação e registro de riscos sem a adoção dos requisitos de um sistema de gerenciamento de segurança operacional não se ajusta às demandas da cultura de segurança para as operações em águas jurisdicionais brasileiras.

Tal qual indicam os requisitos da Resolução ANP nº 42/2007 e outras referências no tema de segurança, as atividades relacionadas à operação de plataformas devem ser monitoradas proativamente no que tange à implementação de sistemas de gerenciamento de riscos.

Neste sentido, não estabelecer métodos para a identificação de falhas latentes do sistema de gerenciamento de segurança e nem estabelecer suas respectivas ações de melhoria contínua consistem em mera passividade da gestão que, portanto, aguar-

da a ocorrência de acidentes e opera em desacordo com a legislação vigente no país. Esta legislação e os termos dos contratos de concessão estabelecem responsabilidades sobrepostas no que tange à segurança operacional, tanto para o concessionário quanto para o operador da instalação, sendo estas indelegáveis e mandatórias.

A falta de requisitos mínimos de gestão de riscos, tal qual apresentada neste relatório, causou o acidente do FPSO CDSM no dia 11/02/2015. Espera-se que as situações, condições e recomendações apresentadas pela ANP neste relatório indiquem à indústria do petróleo a importância do aprimoramento contínuo dos requisitos de segurança e da proatividade típicas de uma boa cultura de segurança, que, além de garantir a proteção humana e do meio ambiente, atendem os requisitos para uma indústria socialmente responsável."

E agora Petrobrás, o ocorrido no FPSO Cidade São Mateus não foi acidente ou crime?

GT da Pauta pelo Brasil teve sua terceira reunião

O Grupo de Trabalho paritário da Pauta pelo Brasil, conquistado na greve realizada pela categoria em novembro de 2015, teve a sua terceira reunião com a Petrobrás na quinta-feira, 14. O GT foi instalado no dia 17 de dezembro, na sede da companhia no Rio de Janeiro e, desde então, teve duas reuniões.

A segunda reunião ocorreu no dia 07 de janeiro, quando foram iniciadas as apresentações dos estudos do GT. Na ocasião, a UFRJ, apresentou o trabalho realizado pelo professor Marcelo Colomer, do Grupo de Economia da Energia/UFRJ, sobre os impactos dos investimentos da Petrobrás na economia e na geração de empregos no país. A Petrobrás também apresentou seu estudo sobre o tema. Segundo a apresentação feita pela empresa e, na avaliação da FUP, para cada R\$1 bilhão de

investimentos realizados pela Petrobrás, pode-se gerar outros R\$860 milhões de renda, crescendo o PIB nacional, assim como a geração de cerca de 19.300 empregos.

No debate desta quinta, a FUP apresentou um histórico sobre o protagonismo da luta dos petroleiros pela valorização do trabalho e o desenvolvimento nacional, o contraste entre os modelos estratégicos de atuação do Sistema Petrobrás antes e após o ano de 2003.

A FUP citou os problemas enfrentados pela Petrobrás nos últimos dois anos e discorreu sobre a dívida da companhia. Os representantes da FUP no GT ressaltaram que o atual momento exige a busca de saídas para resolver os problemas de curto prazo, sem abrir mão dos projetos prazos mais longos, tendo como premissa a manuten-

ção das atividades produtivas e as relações com os diversos públicos de interesse da Companhia (trabalhadores, fornecedores, Política de Conteúdo Nacional, consumidores E, acionistas).

A quarta reunião do GT será no dia 28/01, também no Rio de Janeiro. Nesta data, a Petrobrás apresentará os motivos que levaram a revisão do PNG 2015/2019 e também será a exposto o estudo elaborado pelo Ministério da Fazenda, que é um dos trabalhos da base do GT.

Através do Grupo de Trabalho, os trabalhadores indicarão propostas para influenciar a construção do PNG 2016-2020. As propostas elencadas na Pauta pelo Brasil para garantir a retomada dos investimentos, a geração de empregos e o resgate do papel desenvolvimentista da Petrobrás são os principais ei-

xos dos debates. Ao final, será gerado um relatório que será encaminhado à diretoria da Petrobrás e ao Conselho de Administração, através do conselheiro Deyvid Bacelar.

Acesse a apresentação da FUP e as atas das reuniões:

[Acesse as atas das reuniões através dos links na página da FUP:](#)

<http://www.fup.org.br/images/downloads/ata-gt-pauta-pelo-brasil-01.pdf>

<http://www.fup.org.br/images/downloads/ata-gt-pauta-pelo-brasil-02.pdf>

<http://www.fup.org.br/images/downloads/ata-gt-pauta-pelo-brasil-03.pdf>

<http://www.fup.org.br/images/downloads/ata-gt-pauta-pelo-brasil-04.pdf>

Conselho Deliberativo da Petros aprova cisão do Plano Petros do Sistema Petrobrás

Nesta terça-feira, 12, em reunião extraordinária, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP). A decisão do CD atende as exigências da Previc (órgão regulador da previdência complementar). O processo que é conhecido pelos participantes e assistidos da Petros como "separação de massas", já havia sido aprovado pelo CD da fundação em agosto de 2013, porém, ainda aguardava o aval da Previc.

Com a Cisão do PPSP ou Separação de Massas, os participantes e assistidos (ativos, aposentados

e pensionistas) que aderiram à repactuação serão separados dos participantes e assistidos que não aderiram à repactuação ficando em planos distintos.

Desta forma, os repactuados que representam 75% do total de ativos, aposentados e pensionistas do PPSP, passarão para o Plano Petros do Sistema Petrobrás repactuados (PPSP-R) e, os não repactuados, 25% do PPSP, ficarão no Plano Petros do Sistema Petrobrás não repactuados (PPSP-NR).

Após a cisão, os compromissos do PPSP (passivo) com as duas massas (repactuados e não repac-

tuidos) serão separados proporcionalmente assim como o respectivo patrimônio (ativo) do PPSP.

Essa proporção será calculada de acordo com as características de cada massa, ou seja, além do número de participantes de cada grupo, também será levado em conta o valor dos seus respectivos benefícios e a expectativa de vida de cada um.

Também foram aprovados os regulamentos dos dois planos (PPSP-R e PPSP-NR). Essa aprovação garante a manutenção da integralidade do regulamento do plano (contrato) antes da repactuação, para os não repactuados e

do regulamento do plano após a repactuação, para os repactuados.

Segundo o Conselheiro eleito na Petros e, diretor da FUP, Paulo César Martin, a cisão do PPSP é necessária para evitar o chamado subsídio cruzado indevido, entre os repactuados e não repactuados, já que após a repactuação, os compromissos e obrigações do PPSP com os dois grupos passarão a ser distintos.

A Cisão do PPSP e a implantação dos dois planos (PPSP-R e PPSP-NR) segue agora para aprovação final no DEST/MPOG e na PREVIC/MPAS.

PrimeiraMão

**Boletim da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEIROS
www.fup.org.br**

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Edição: Caroline Cavassa - Texto: Caroline Cavassa Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leonardo Urpia, Leopoldino, Moraes, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

VOTE 1010

**Deyvid Bacelar
e Bob Ragusa**



Conheça as principais propostas dos candidatos

1 - Manter e fortalecer os canais de comunicação com os trabalhadores e com a sociedade.

2 - Defender que o Plano de Negócios da Petrobrás contemple as sugestões dos trabalhadores para a manutenção de investimentos e ativos estratégicos para a Companhia e o País.

3 - Buscar a criação de canais de transparência para que os trabalhadores da Petrobrás tenham mais acesso às principais informações da Companhia.

4 - Defender a revisão da Política de SMS buscando possibilitar uma maior participação dos trabalhadores na sua definição e dar autonomia a essa função corporativa dentro da empresa.

5 - Atuar junto ao Congresso Nacional para que o Projeto de Lei 6051 seja aprovado e possibilite a amplia-

ção das atribuições da representação dos trabalhadores no conselho, com a retirada das restrições previstas no terceiro parágrafo do artigo segundo da lei 12.353/2010.

6 - Cobrar a definição de uma estratégia para a recuperação dos investimentos e manutenção dos empregos nos campos maduros de produção terrestres e marítimos.

7 - Discutir junto com os petroleiros e movimentos sociais uma proposta de redução da terceirização de atividades fim da Petrobrás, principalmente, no afretamento de plataformas e sondas de perfuração e, simultaneamente, a recomposição de efetivo.

8 - Fortalecer o programa de combate a fraudes e corrupção, criando mais instrumentos de responsabilização para a Gestão da Petrobrás e de participação efetiva dos trabalhadores.

9 - Lutar pela ampliação dos investimentos da Petrobrás em áreas de energia renovável.

10 - Lutar pelo fechamento de capital da Petrobrás pelo acionista majoritário.

Transparência

A transparência nas informações passadas aos trabalhadores que elegeram Deyvid Bacelar ao C.A da Petrobrás foi tão grande, que até a Comissão de Valores Imobiliários se sentiu incomodada. A CVM impetrou um processo administrativo contra o conselheiro, que durante toda a sua atuação na maior instância de decisões da companhia, demonstrou integralmente aos petroleiros, todas as ameaças do Plano de Gestão e Negócios da Petrobrás para o período de 2015/2019. A tentativa de boicote ao Deyvid Bacelar por parte da CVM ocorreu mesmo diante do Termo de

Confidencialidade ter sido respeitada pelo sindicalista após todas as reuniões do conselho.

O que é o Conselho de Administração da Petrobrás?

É o órgão responsável pela orientação e direção superior da companhia. A função do Conselho é auxiliar a estatal na tomada de decisões que tenham impacto no futuro da empresa. O C.A é formado por 10 integrantes, sendo 07 indicados pelo governo, 01 pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, 01 pelos acionistas titulares de ações preferenciais e 01 eleito pelos funcionários para representá-los. Os conselheiros se reúnem mensalmente, para realizar sessão ordinária de reuniões e, quando necessário, reuniões extraordinárias.

A sociologia da honestidade de FHC

Apesar da evidente seletividade das investigações da Operação Lava Jato, na última segunda-feira, 11, veio a público outra parte de um depoimento prestado pelo ex-diretor Internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró, à Procuradoria-Geral da República, em outubro de 2015. Desta vez, o que vazou foi a afirmação de que a negociação da Perez Compançq, refinaria argentina adquirida pela Petrobrás em 2002, "envolveu uma propina ao Governo FHC de US\$ 100 milhões" (R\$ 1 bilhão em valor corrigido). Ele disse, também, que cada diretor da empresa argentina havia recebido "US\$ 1 milhão como prêmio pela venda da empresa e Oscar Vicente, [que seria diretor da estatal na Argentina, muito próximo de Menem] US\$ 6 milhões.

O negócio que na época teve ampla cobertura da mídia foi duramente criticado pela FUP e seus sindicatos. Em contrapartida, a Folha de São Paulo, por exemplo, publicava em seu caderno Mercado no dia 23/07/2002, a chamada "Petrobras paga US\$ 1,125 bi por argentina", informando o fechamento do acordo de compra. E destacava a dívida



de US\$ 1,9 bi da Pecom Energia, afirmando que a operação só seria formalizada após a sua reestruturação. O acordo seria fechado, em outubro, com um desconto no preço. Quanto?

Exatos US\$ 100 milhões.

Segundo Cerveró, diretores da Perez Compançq e Oscar Vicente, executivo argentino que presidia a empresa na época da aquisição, disseram isso a ele. A empresa custou US\$ 1,02 bilhão.

A informação foi divulgada pelo jornal Valor Econômico que teve acesso com exclusividade ao documento sigiloso em que Cerveró faz a afirmação.

Em nota, o ex-presidente tucano disse que as afirmações são "vagas" e, "sem especificar pessoas envolvidas, servem apenas para confundir e não trazem elementos que permitam verificação".

Vejamos...

Em artigo de autoria do militante social Jeferson Miola, "A corrupção do PSDB não pode ser abafada", publicado na Carta Capital no dia 12/01/2016, destaca que essa nova denúncia foi desvendada de maneira acidental: "a descoberta só foi possível porque uma cópia do depoimento de Cerveró ao MP, que teoricamente seria protegido

por segredo de justiça, foi encontrada junto com papéis apreendidos no escritório do senador Delcídio Amaral".

Na mesma delação, em outubro, ele aponta que apenas vazaram acusações contra o governo Dilma. Vale lembrar que à época, o ex-presidente FHC aticava o bordão do Fora Dilma, bradando nos meios de comunicação: "a força do impeachment vem da rua, e não do Congresso".

Em dezembro passado, quando Cerveró afirmou que o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), ex-diretor da Petrobrás nos anos FHC, tinha recebido uma propina de R\$ 10 milhões, entre 1999/2001, da Alstom - empresa favorita dos tucanos paulistas, envolvida em lambanças no metrô -, FHC optou por estabelecer uma diferença entre "corrupção organizada" e "conduta imprópria".

Claro, malfeitos do PT serão sempre sistêmicos na sociologia da honestidade do ex-presidente; os dos tucanos, por definição, ordinariamente pontuais.

Com informações da Carta Maior

● Movimentos sociais

FUP no Fórum Social de Porto Alegre

Entre os dias 19 e 23 de janeiro, acontece em Porto Alegre a 15ª edição do Fórum Social Mundial, onde serão lembradas as ações realizadas pelos movimentos sociais organizados nos últimos anos, assim como o debate sobre os desafios e perspectivas da luta por um outro mundo possível.

A FUP participará do Fórum nos dias 20 e 21/01, desta vez, nas atividades do Projeto MOVA BRASIL, que debaterá "Os direi-



tos dos jovens, adultos e idosos à educação pública de qualidade". A Federação também estará

presente na Câmara Municipal de Porto Alegre, na mesa de debates da Plataforma Operária e

Camponesa: "Geopolítica Energética e perspectivas sobre a Soberania Brasileira".

C.A da Transpetro: Cardoso - VOTE 3030

Conheça a carta programa do candidato apoiado pela FUP ao Conselho de Administração da Transpetro: http://www.fup.org.br/images/downloads/carta_programa.pdf

